

143



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332185-1

COMARCA: 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: GOLDEN CROSS S/A

APELADO: ELIANE GALHARDO MONTEIRO MOURA

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE ATO ILÍCITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER – CLÁUSULA RESTRITIVA DE COBERTURA CONTRATUAL – PROCEDIMENTO DE ANGIOPLASTIA – URGÊNCIA - DANO MORAL EVIDENCIADO – APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332185-1**, em que figuram como Apelante **GOLDEN CROSS S/A** e como Apelada **ELIANE GALHARDO MONTEIRO MOURA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***“À unanimidade, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator”***. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de junho de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

136

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332185-1

APELANTE: GOLDEN CROSS S/A

ADV: ANNE CAROLINE GÓES DOS SANTOS PE025677

APELADO: ELIANE GALHARDO MONTEIRO MOURA

ADV: CARLOS EDUARDO PUGLIESI PE014373

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Ato Ilícito c/c Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 109/111, julgou procedente o pedido, determinando que a ré/apelante arque com o custo do tratamento a que foi submetida a parte autora/apelada, ratificando a tutela concedida antecipadamente. Condenou a demandada no pagamento da quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de ressarcimento por danos morais, corrigido monetariamente pela tabela do ENCOGE a partir do trânsito em julgado e acrescido de juros de 1% a contar da citação. Custas e honorários advocatícios pela ré/apelante, estes últimos arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls.116/120).

Razões recursais: Argumenta serem descabidos os danos morais uma vez que ausentes os elementos caracterizadores da conduta ilícita. Requer, em caso de manutenção da condenação, a alteração do termo de incidência dos juros de mora, entendendo ser descabida a aplicação do teor da súmula nº 54 do STJ.

Contra-razões: Inexistentes.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 24 de abril de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332185-1

APELANTE: GOLDEN CROSS S/A

ADV: ANNE CAROLINE GÓES DOS SANTOS PE025677

APELADO: ELIANE GALHARDO MONTEIRO MOURA

ADV: CARLOS EDUARDO PUGLIESI PE014373

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

O apelo cinge-se ao dano moral; incontroversa, pois, a abusividade da cláusula restritiva de cobertura do contrato.

Os direitos da personalidade têm relevante proteção Constitucional, de modo a figurarem entre os direitos fundamentais (CR, art. 5º, X):

Art. 5º [...]

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A reparabilidade do dano moral está expressa, respectivamente, nos arts. 186 e 927 do Código Civil:

Art. 186 - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927 - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Para configurar o ato ilícito gerador do dano extrapatrimonial, deve ele atingir potencialmente o indivíduo em si, sua paz interior, seu estado de espírito, sua reputação, sua integridade moral.

É a lição de Arnaldo Rizzardo:

[...] o dano moral é aquele que atinge os valores eminentemente espirituais ou morais, como a honra, a paz, a liberdade física, a tranquilidade de espírito, a reputação etc. É puro dano moral, sem qualquer repercussão no patrimônio, atingindo aqueles valores que têm um valor precípuo na vida, e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos (Responsabilidade Civil : Lei n. 10.406 de 10-01-2022, 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 246).

Partindo-se dessas premissas, observa-se que a negativa da Ré em autorizar o procedimento de angioplastia com colocação de “stents” realmente causou dano moral à Autora/Apelada.



146

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

É certo que o inadimplemento contratual, em regra, não causa dano moral, mas mero dissabor não indenizável. Entretanto, em se tratando desse tipo de seguro, o objeto do contrato está relacionado com a saúde e a vida do ser humano, o que não ocorre com as outras espécies de avenças, hipótese em que a interpretação não deve ser a mesma dada ao inadimplemento de um contrato de compra e venda, locação, entre outros.

Nesse contexto, vê-se que a Autora, pessoa sexagenária, necessitando com urgência submeter-se a procedimento cirúrgico, com a recomendação pelo seu médico assistente da utilização de três "stents", enfrentou a negativa da seguradora no momento em que mais precisou, situação que certamente acarretou aflição e sofrimento em demasia, agravada a situação pelo risco de morte.

Com efeito, o estado psicológico da paciente é determinante para o tratamento e a recuperação. O consumidor busca os planos de saúde para, em momento delicado, ter a contraprestação de serviços, sem as preocupações corriqueiras da rede pública. Dessa forma, a negativa de cobertura contratual, nessas circunstâncias, inegavelmente causa exagerada angústia e abalo da sua moral, prejudicando ou agravando seu estado clínico.

O dano moral, assim, decorre da recusa por parte do plano de saúde em fornecer os "stents" à paciente em estado grave, sob uma justificativa abusiva e ilegal (extremamente lesiva à boa-fé), fato que, indiscutivelmente, causou violação relevante a direito da personalidade, a qual não se confunde como um mero desconforto ou aborrecimento.

Em recente julgado definiu o Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. EXAMES CLÍNICOS. RECUSA INJUSTIFICADA. DANO MORAL. EXISTÊNCIA. 1. A recusa, pela operadora de plano de saúde, em autorizar tratamento a que esteja legal ou contratualmente obrigada, implica dano moral ao conveniado, na medida em que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito daquele que necessita dos cuidados médicos. Precedentes. 2. Essa modalidade de dano moral subsiste mesmo nos casos em que a recusa envolve apenas a realização de exames de rotina, na medida em que procura por serviços médicos - aí compreendidos exames clínicos - ainda que desprovida de urgência, está sempre cercada de alguma apreensão. Mesmo consultas de rotina causam aflição, fragilizando o estado de espírito do paciente, ansioso por saber da sua saúde. 3. Recurso especial provido. (STJ, REsp n. 1.201.736/SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 02-8-2012).

No caso, levando-se em conta o ato ilícito praticado, o abalo sofrido pela Autora - pessoa de idade que se encontrava com problemas cardíacos -, as condições econômicas da Ré/Apelante, sopesando os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, considero adequada a indenização arbitrada pelo juízo de piso, não carecendo, portanto, de qualquer reparo a decisão recorrida.

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se intocada a sentença.

É COMO VOTO.

Revistos, peço pauta.

Recife, 02 / 05 / 2014

Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor

